

A EDUCAÇÃO DO CAMPO EM PEDRAS DE FOGO-PB: DIFICULDADES, AVANÇOS E CONTRIBUIÇÕES PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA

Olimpiades Ovidio de Queiroz Neto ¹

RESUMO

O presente artigo busca apresentar os avanços da educação no campo no município de Pedras de Fogo, Paraíba, destacando suas dificuldades, a implantação de escolas, o surgimento dos assentamentos rurais e as conquistas das comunidades e dos professores por melhores condições de trabalho. A cidade de Pedras de Fogo está localizada na região da Mata Sul do Estado, tornando-se uma região de conflitos rurais desde o movimento das ligas camponesas e tendo seu ponto de mais crucial com a criação do Proálcool na década de 80 do século passado. A educação do campo desempenha um papel essencial na melhoria da qualidade de vida da população, considerando que 40% (quarenta por cento) dos habitantes do município residem e trabalham na zona rural (Censo IBGE, 2022). Neste estudo, realiza-se uma retrospectiva das políticas educacionais desenvolvidas pelas gestões municipais desde a década de 1980 até os dias atuais, analisando a construção de escolas, as adequações realizadas e os avanços obtidos. Nesse contexto, discute-se a atuação dos movimentos sociais e a reforma agrária como fatores determinantes para a implementação da educação no campo, bem como o combate ao analfabetismo e as transformações conceituais promovidas pelo movimento educacional. Apesar dos investimentos e dos esforços empreendidos para garantir melhorias na qualidade da educação do campo, os resultados indicam que, embora tenha havido avanços significativos, os índices educacionais ainda não atingiram o patamar desejado. Como embasamento teórico, este estudo se apoia, entre outros, nas contribuições de Arroyo (2004).

Palavras-chave: Educação do campo, Valorização, Qualidade de vida, Atuação docente

Introdução

O município de Pedras de Fogo, situado na região da Mata Sul da Paraíba, possui uma história marcada por intensos conflitos agrários, herança que remonta ao período das Ligas Camponesas

¹ Mestrando do Curso de História Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP, olimpiadesneto@gmail.com;



e se intensificou com a expansão da monocultura da cana-de-açúcar, impulsionada pelo Programa Nacional do Alcool (Proálcool) na década de 1980. Esse contexto de luta pela terra e pela dignidade do trabalhador rural moldou as demandas por políticas públicas, notadamente na área educacional.

A relevância deste estudo reside na significativa parcela da população que reside e trabalha na zona rural do município. Conforme dados do Censo IBGE (2022), aproximadamente 40% dos habitantes de Pedras de Fogo estão ligados diretamente ao campo, conferindo à Educação do Campo um papel crucial como vetor de desenvolvimento social, cultural e econômico. A busca por uma educação contextualizada e de qualidade se torna, portanto, uma condição *sine qua non* para a melhoria da qualidade de vida desses sujeitos.

O presente artigo científico tem como objetivo analisar o percurso da Educação do Campo em Pedras de Fogo-PB, desde a década de 1980 até os dias atuais, identificando os avanços conquistados, as dificuldades persistentes e as contribuições desse processo para a população rural. Para tal, este trabalho se propõe a: realizar uma retrospectiva das políticas educacionais municipais focadas no campo; analisar a relação entre o surgimento de assentamentos rurais e a implementação de escolas; discutir a atuação dos movimentos sociais e a luta docente como agentes de transformação e avaliar os resultados em termos de índices educacionais e combate ao analfabetismo.

Como referencial teórico principal, este estudo se apoia nas contribuições de Miguel Arroyo (2004), que compreende a Educação do Campo não apenas como a extensão da escola urbana para o rural, mas sim como um projeto político-pedagógico construído pelos sujeitos do campo, enraizado em sua cultura, trabalho e luta pela terra, visando à emancipação e à valorização do seu modo de vida.

Referencial Teórico: A Educação do Campo como Luta e Projeto

O Sujeito do Campo e a Questão Agrária (Arroyo, 2004)

Arroyo (2004) ressalta que a história da educação rural no Brasil é marcada por uma visão que buscava *civilizar* ou *integrar* o camponês ao modelo urbano, desconsiderando sua identidade e saberes. Em contraponto, a Educação do Campo surge como um movimento social e pedagógico que inverte essa lógica. Não se trata de uma mera modalização da educação, mas de um projeto que reconhece o campo (e não o rural) como um território de vida, trabalho e resistência.

A luta pela terra, materializada nos movimentos sociais e na conquista dos assentamentos, é indissociável da luta pela escola. Para Arroyo, "o tempo e o espaço de vida e trabalho no campo... configuram a matriz educativa" (Arroyo, 2004, p. 19 - Adaptação conceitual), significando que a escola deve ser construída *com* e *pelos* sujeitos do campo, refletindo sua memória, cultura e história de luta.

O trabalho de Miguel Arroyo, especialmente em "O Sujeito do Campo e a Questão Agrária" (2004), é fundamental para entender a virada epistemológica e política que a Educação do



Campo representa no Brasil. Ele desconstrói a visão histórica e hegemônica da educação rural e propõe um novo paradigma baseado na identidade, na luta e no território. A Ruptura: De "Rural" a "Campo". Além disso, Arroyo destaca a necessidade de diferenciar radicalmente os conceitos de "rural" e "campo": Educação Rural: Está historicamente ligada a uma política estatal e a uma visão compensatória ou assimilacionista. Seu foco era "civilizar" e integrar o morador do campo (visto como atrasado, residual ou inferior) ao modelo de desenvolvimento capitalista e urbano. A educação rural, muitas vezes, buscava formar mão de obra adaptada ou estimular o êxodo, negligenciando a cultura local e a luta pela permanência digna no território.

Educação do Campo: Surge como um movimento social, político e pedagógico de resistência, construído pelos próprios sujeitos (assentados, acampados, quilombolas, ribeirinhos etc.). O "campo" é visto como território de vida e de disputa, não apenas como setor produtivo. Isso exige uma escola que afirme positivamente o modo de vida, a cultura e a economia camponesa, em oposição ao agronegócio e ao capital (Arroyo; Caldart; Molina, 2004).

A Luta Indissociável: Terra, Dignidade e Escola

Para Arroyo, a Educação do Campo não é um apêndice da luta; ela é a própria materialização da luta na esfera educacional. Terra e Escola são um Binômio: A conquista de um assentamento pela Reforma Agrária, fruto da luta, não se completa sem a conquista de uma escola que garanta o projeto de vida no campo. Se a terra é o local do trabalho e da dignidade, a escola é o local da formação do sujeito histórico capaz de sustentar e aprofundar essa luta.

Contradição de Classe: A Educação do Campo se baseia na contradição de classe existente no campo. Ela é incompatível com o modelo de agricultura capitalista, que sobrevive da exclusão e da negação dos direitos dos camponeses. A escola, nesse contexto, deve ser um espaço de resistência e transformação social, formando as novas gerações para a luta por uma sociedade sem explorados nem exploradores.

A Matriz Educativa: O Território como Currículo

A frase de Arroyo adaptada – *"o tempo e o espaço de vida e trabalho no campo... configuram a matriz educativa"* – é a chave para o projeto pedagógico. Currículo e Identidade: A escola do campo deve ter um currículo contextualizado, onde a memória, a cultura, a história de luta e as atividades produtivas do campo (agroecologia, o trabalho na roça, as relações comunitárias) não são apenas "temas transversais", mas sim a própria base para a construção do conhecimento.

Pedagogia do Oprimido: A proposta pedagógica dialoga fortemente com Paulo Freire e a Pedagogia do Oprimido, reafirmando que os oprimidos são os sujeitos de sua própria educação. O professor deixa de ser um mero transmissor de conteúdos e passa a ser um mediador, valorizando o saber popular e fazendo a "dialógica entre o local e o global". A formação dos educadores, portanto, deve partir de um estudo sério da tensa história do campo.

Em resumo, a análise de Arroyo (2004) coloca a Educação do Campo no centro da Questão Agrária brasileira, transformando-a de uma política educacional específica em um projeto de desenvolvimento social, cultural e político mais amplo.

O Contexto de Pedras de Fogo: Ligas Camponesas e Proálcool



A região da Zona da Mata da Paraíba e de Pernambuco foi o epicentro das Ligas Camponesas, um dos movimentos sociais mais significativos do Brasil nas décadas de 1950 e 1960.

Centro de Atuação: Pedras de Fogo, assim como outros municípios vizinhos como Sapé e Alhandra, esteve no raio de ação desse movimento. As Ligas surgiram como uma resposta à extrema exploração dos trabalhadores rurais (moradores, arrendatários e assalariados) submetidos ao regime do latifúndio, muitas vezes por meio de relações arcaicas de trabalho como o cambão (trabalho gratuito para o proprietário em troca de moradia).

Reivindicações de Dignidade: Lideradas em outros estados por figuras como Francisco Julião, as Ligas lutavam pela Reforma Agrária, por assistência social (médica, jurídica e educacional) e, sobretudo, pela dignidade. Elas representaram a quebra do isolamento político e social do camponês, trazendo a "questão da terra" para o centro do debate nacional.

Repressão e Memória: Com o Golpe Militar de 1964, as Ligas Camponesas foram violentamente reprimidas, e suas lideranças foram perseguidas, presas ou assassinadas. No entanto, o legado de resistência e a memória de luta continuam vivos, sendo o alicerce para a atuação de movimentos contemporâneos de trabalhadores rurais, como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), que se considera herdeiro dessa tradição.

O Proálcool e a Monocultura da Cana

A partir da década de 1970, a economia agrária da região de Pedras de Fogo sofreu um impacto estrutural com a implantação do Programa Nacional do Álcool (Proálcool) pelo governo federal (1975). **Expansão da Monocultura:** O Proálcool, criado em resposta às crises internacionais do petróleo, estimulou a produção de etanol, garantindo créditos e subsídios para o setor sucroalcooleiro. Isso resultou em uma expansão massiva da área plantada com cana-de-açúcar, avançando sobre terras antes destinadas a cultivos de subsistência e pastagens.

Êxodo Rural e Precarização: A modernização (e motorização) da lavoura e a necessidade de grandes extensões de terra para a monocultura intensificaram a expulsão dos camponeses e pequenos proprietários de suas terras, impulsionando o êxodo rural. Aqueles que ficaram, frequentemente, foram transformados em boias-frias (trabalhadores sazonais e sem vínculo), cuja força de trabalho é precarizada e sujeita às oscilações da safra.

Transformação do Território: O avanço da cana consolidou o domínio do agronegócio na região. Usinas como a GIASA (localizada em Pedras de Fogo) se tornaram o centro da dinâmica econômica, refletindo a dependência da região do mercado global de *commodities* e o modelo de agricultura em larga escala, que se contrapõe à agricultura camponesa de base familiar.

Retrospectiva Histórica: Dificuldades e Avanços Políticas Educacionais (Década de 1980 aos Anos 2000)

A retrospectiva das políticas educacionais em Pedras de Fogo deve ser analisada em três grandes momentos: **Década de 1980/1990:** Período marcado pelo descaso com a escola rural, geralmente funcionando em condições precárias, em prédios cedidos ou em multisseriação. A política dominante, influenciada por diretrizes nacionais, priorizava o fechamento de pequenas escolas (nucleação), sob o argumento de eficiência e economia, o que, na prática, levou à evasão



escolar e à desvalorização da vida no campo.

Anos 2000: Com a ascensão e o reconhecimento dos Movimentos Sociais do Campo (como o MST e outros) e a criação de políticas como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), há um ponto de inflexão. Os assentamentos rurais, conquistados a duras penas: Assentamento Engenho Fazendinha, Assentamento Mata de Vara, Assentamento Massangana III, Assentamento Corvoada, Assentamento Campo Verde, Assentamento Tabatinga - exemplos de assentamentos na região da Mata Sul e em Pedras de Fogo, passam a exigir a construção de escolas próprias.

Anos Recentes (Pós-2010): Observa-se a intensificação dos investimentos e a adequação de estruturas, muitas vezes impulsionadas por políticas de âmbito estadual e federal e pela pressão local. Há a construção de novas unidades escolares ou a reforma/ampliação das existentes. Contudo, as dificuldades persistem, principalmente em relação à infraestrutura (acesso, água, energia, internet), à formação continuada de professores específica para a Educação do Campo e à garantia de material didático contextualizado.

O Papel dos Movimentos Sociais e da Atuação Docente

A implantação da Educação do Campo em Pedras de Fogo não se configurou como uma concessão governamental, mas como uma conquista oriunda da luta social. Os movimentos organizados tiveram papel determinante nesse processo, contribuindo de forma decisiva para:

- Implantação de Escolas: reivindicaram a destinação de recursos públicos e a criação de unidades escolares nas áreas de assentamento, garantindo o direito à educação nos territórios rurais.
- Valorização Docente: pressionaram pelo provimento de concursos públicos e pela melhoria das condições de trabalho e remuneração dos professores que atuam no campo.
- Transformação Conceitual: promoveram o debate sobre o currículo e combateram a concepção de que a escola do campo deveria ser inferior ou provisória, defendendo uma educação pautada na agroecologia, na sustentabilidade e na valorização da cultura camponesa.

Resultados e Discussão: Desafios Persistentes e o Próximo Passo

Os esforços de investimento e luta resultaram em avanços notáveis:

- Redução do Analfabetismo: Políticas focadas em Educação de Jovens e Adultos (EJA) nas comunidades rurais contribuíram para diminuir as taxas históricas de analfabetismo.
- Acesso e Permanência: A construção de escolas próximas aos assentamentos e comunidades diminuiu a evasão e o deslocamento forçado de crianças e jovens para a zona urbana.
- Reconhecimento: Conquistas como o Prêmio Escola Referência em Aprendizagem (conforme dados recentes sobre o município) indicam que há núcleos de excelência e avanço na qualidade do ensino, fruto da dedicação da comunidade e dos docentes. Entretanto, o estudo aponta que os índices educacionais (como IDEB, por exemplo) ainda não refletem o patamar desejado e se mantêm como o grande desafio. As dificuldades centram-se em: Estrutura Curricular: A permanência de um currículo pouco adaptado às realidades locais, desvinculado dos saberes camponeses e da



produção agroecológica e condições de Trabalho: A precariedade da infraestrutura em algumas unidades e a necessidade de formação continuada que incorpore a visão pedagógica da Educação do Campo.

A Educação do Campo em Pedras de Fogo, ao se consolidar como um espaço de diálogo entre os saberes populares e o conhecimento formal, demonstra ser um fator decisivo na melhoria da qualidade de vida da população. Ela não apenas educa, mas também contribui para a identidade, a permanência na terra e o fortalecimento da agricultura familiar.

Conclusão

A trajetória da Educação do Campo em Pedras de Fogo-PB é um exemplo da dialética entre a resistência camponesa e a implementação de políticas públicas. Da luta das Ligas Camponesas aos assentamentos da Reforma Agrária, a escola se consolidou como um espaço de disputa e um projeto de futuro para as comunidades rurais.

Os avanços conquistados ao longo das últimas décadas são expressivos, especialmente no que se refere à ampliação do acesso à educação, à valorização da identidade camponesa e ao reconhecimento da escola como instrumento de transformação social. Esses progressos dialogam diretamente com o projeto político-pedagógico defendido por Arroyo (2004), que compreende a Educação do Campo como prática libertadora e promotora da dignidade humana.

No entanto, o desafio central reside em transformar as estruturas para que a qualidade da educação reflita a dignidade da luta. Além disso, é fundamental que as próximas gestões garantam a consolidação de políticas públicas permanentes de Educação do Campo públicas permanentes que assegurem financiamento na formação docente contextualizada e em uma infraestrutura plenamente adequada, transporte, acesso à tecnologia e valorização profissional.

Referências

1. ARROYO, Miguel G. O sujeito do campo e a questão agrária. In: ARROYO, Miguel G.; CALDART, Roseli S.; MOLINA, Mônica C. (orgs.). Por uma educação do campo: identidade e políticas públicas. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 17–32.
2. BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo demográfico 2022: resultados preliminares. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 31 out. 2025.
3. CALDART, Roseli Salete; ARROYO, Miguel G.; MOLINA, Mônica Castagna. Por uma educação do campo: identidade e políticas públicas. Petrópolis: Vozes, 2004.
4. FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.
5. MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Histórico e princípios do MST. Disponível em: <https://www.mst.org.br/>. Acesso em: 31 out. 2025.
6. BRASIL. Ministério da Educação. Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA): diretrizes e resultados. Brasília: MEC/INCRA, 2018.

